

DIA NACIONAL DE LUTA NO BANCO DO BRASIL

Contra reestruturações realizadas no banco público, por mais contratações e pelo devido respeito às mesas de negociação com os trabalhadores.

“A reestruturação promovida pela vice-presidência de Serviços, Infraestrutura e Operações (Visin) trouxe diversos problemas com a redução do quadro de empregados em muitas cidades e, sobretudo, com a absurda obrigatoriedade de mudança de estado, para que o trabalhador preserve seu cargo e salário”, “O que o banco precisa não é dessa reestruturação que está sendo colocada em prática, e sim aumentar as contratações para reduzir a sobrecarga e melhorar o atendimento. E, mais, é preciso que o banco respeite o que foi acordado em mesa de negociação”.

BB quebra compromisso de negociação

Em 20 de janeiro, o BB acordou, em negociação com os trabalhadores, que funcionários que perdessem função devido às mudanças na Visin teriam prioridade para ocupar vagas comissionadas. Entretanto, o

Sindicato constatou que o acordo não está sendo honrado pelo banco.

Lembramos ainda que o BB utiliza sistemas como o GAT (Gestão de Atendimento) e autenticações em caixas para avaliar se vai, ou não, reduzir quadros. Por isso, ainda que pressionados, os bancários não devem fraudar o GAT em nenhuma circunstância, nem mesmo para cumprir o Acordo de Trabalho (ATB), que incide na PLR apenas sobre o bônus dos comissionados. Porém, caixas não recebem comissão, e sim uma gratificação prevista a título de quebra de caixa, conforme determinado na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) e na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O mesmo ocorre com o aumento de autenticação com a promessa de subida de cargo, o que nunca se concretiza.

BANCO DO BRASIL DESCUMPRE ACORDO EM MESA E PREJUDICA CAIXAS

O Banco do Brasil descumpriu uma proposta apresentada na mesa de negociação sobre a reestruturação na Vice-Presidência de Serviços de Infraestrutura (VISIN). O banco havia confirmado que os caixas executivos que perderam os cargos na reestruturação poderiam ficar como excedente na plataforma de suporte operacional (PSO) sem limite de tempo e recebendo as Verbas de Caráter Pessoal (VCP) por quatro meses.

Para o Sindicato, a situação é preocupante. “Quando ocorre o descumprimento de acordo, o banco acaba perdendo sua credibilidade junto aos funcionários e a mesa de negociação”.

Questionado sobre o não cumprimento do acordo, o

banco respondeu que a promessa havia sido feita apenas para Florianópolis, o que não corresponde com o acordo na mesa. Ainda assim, nem mesmo em Florianópolis foi feito como prometido. A Comissão de Empresa dos Funcionários, que representa o Comando Nacional nas negociações, repudia a atitude do BB nesse processo negocial.

Outra situação grave no processo envolvendo os caixas é que o banco não pagará as Verbas de Caráter Pessoal (VCP) para os caixas que foram descomissionados, o que deveria acontecer em todos os casos em que há perda de cargo por reestruturação. A empresa alega que não poderá pagar gratificação se o funcionário está em outra função e que caixa é gratificação e não comissão.

PLANILHA DE DADOS INCOMPLETA E PROBLEMAS EM OUTROS CARGOS

A reestruturação na VISIN está fugindo do padrão em outra questão: a diretoria não consegue concluir uma planilha com os dados reais de movimentação e cargos extintos e as últimas planilhas entregues não tinham todos os dados. A Comissão de Empresa já cobrou os dados completos, mas o BB ainda não apresentou. Os sindicatos também apontam que há problemas não resolvidos envolvendo outros cargos.

PROJETOS ESTRUTURANTES E AÇÕES EMERGENCIAIS AVANÇAM NA CASSI

Mesa de negociação da Cassi foi realizada em Brasília na última quarta, 02 de março

Representantes dos funcionários e dos aposentados se reuniram com o Banco do Brasil, nesta quarta-feira (2), em Brasília, para mais uma rodada da mesa de negociação da Cassi. As entidades cobraram o andamento dos projetos de ações estruturantes e também das propostas que o BB apresentaria para solucionar temporariamente os problemas de caixa e fluxo financeiro da Cassi, enquanto se formata uma solução global que tenha que ser discutida e levada à consulta do Corpo Social. O banco informou que houve avanço no andamento dos projetos estruturantes, com

prospecção e apresentação de projetos às empresas, e que já estaria em fase de pré-licitação para a contratação. Os projetos fazem parte do Programa de Excelência no Relacionamento, desenvolvido pelas diretorias da Cassi, que tratam de aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, gestão da rede de prestadores, acesso qualificado através do sistema integrado de saúde, gestão integrada de informações de estudos estatísticos e atuariais, aperfeiçoamento dos processos orientados ao sistema de saúde Cassi e novos planos.

BANCO DO BRASIL IRÁ RESSARCIR CUSTOS PARA CPA 10

Os funcionários do Banco do Brasil já podem solicitar ressarcimento de custos com a inscrição para certificação legal CPA 10, conquista da última campanha salarial. Em 03/02, a instituição divulgou as regras para que escriturários, caixas executivos e atendentes do SAC e CABB aprovados na certificação

possam solicitar o reembolso. O interessado deve ter sido aprovado previamente no curso de capacitação para a CPA 10, disponível no portal da universidade corporativa, e que registrem no sistema do banco a solicitação.

O BB foi o último a apresentar o resultado de 2015.

O BB registrou lucro líquido de R\$ 14,4 bilhões em 2015. O resultado foi 28% superior ao obtido no ano anterior, quando os ganhos somaram R\$ 11,24 bilhões. No quarto trimestre, lucro líquido foi de R\$ 2,512 bilhões, queda ante os R\$ 2,959 bilhões no mesmo período de 2014. Os ativos somaram em dezembro R\$ 1,51 trilhão, um crescimento de 9,7% em 12 meses. O

índice de operações vencidas há mais de 90 dias representou 2,38% da carteira de crédito, inferior ao patamar do Sistema Financeiro Nacional, que registrou 3,4%. A carteira de crédito do banco terminou 2015 com saldo de R\$ 193,2 bilhões, uma alta de 7,5% em 12 meses. As linhas de menor risco, como crédito consignado, alcançaram 75,9% do total da carteira.

PLR Apesar de atender solicitação do Sindicato de adiantamento no pagamento da segunda parcela, banco deixou de valorizar vários trabalhadores ao pagar parcela menor e excluir funcionários do módulo bônus

Os funcionários do Banco do Brasil receberam a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) nesta sexta-feira 11. O banco já havia comunicado que somente os acionistas receberiam na sexta, mas atendeu reivindicação do Sindicato e antecipou o crédito. O Sindicato continua cobrando mudanças no pagamento. A PLR é composta pelo módulo Fenaban, que determina pagamento de 45% do salário mais parcela fixa, e módulo bônus, cujo valor é variável pois depende do resultado do desempenho de cada unidade. Além disso, há a distribuição linear de 4% do lucro líquido do segundo semestre de 2015 (R\$ 5,574 bilhões) dividido linearmente entre os funcionários. Mas essa igualdade não existe na prática no pagamento do módulo bônus. “O banco segue praticando injustiças, já que assistentes de oito horas não receberam o módulo bônus. Falta valorização dos funcionários, responsáveis pelo ótimo resultado do Banco do Brasil”. Outro problema é no pagamento da segunda parcela aos gerentes e assistentes, que receberam menos que em 2014. “Isso não ocorre com os escriturários, mas prejudica muita gente que foi pega de surpresa com um

valor inferior enquanto o lucro do banco aumentou. E essa prática inaceitável já dura cerca de cinco anos”.

Lucro cresce; e BB segue sobrecarregando o bancário PLR sem IR – Desde 2013, os bancários têm direito a uma tabela de tributação do Imposto de Renda Pessoa Física exclusiva da PLR, que garante isenção para quem recebe até R\$ 6.677,55 e descontos a partir desse valor. Assim, todos pagarão menos imposto de renda, independentemente de quanto recebem como participação nos lucros. Os funcionários devem levar em conta, no entanto, que a cobrança da Receita tem como referência todos os valores recebidos dentro do ano fiscal. Por exemplo, se o trabalhador receber agora R\$ 5 mil de PLR, não terá nenhum desconto de IR, mas o tributo será recalculado quando for creditada a primeira parcela da próxima PLR, no segundo semestre do ano. Ainda assim, os bancários pagam bem menos imposto graças à conquista da tabela progressiva. O desconto ocorre sempre na fonte, já que as novas regras estabelecem que a PLR não faz parte dos valores contabilizados na declaração de ajuste anual.

